ODTI
Observatório sobre
Direitos Trabalhistas e
Sociais Internacionais

Novembro de 2025

EDITORIAL

Conheça o novo espaço de discussão sobre o mundo do trabalho

Olá!

Apresentamos hoje a Newsletter do Observatório sobre Direitos Trabalhistas e Sociais Internacionais (ODTI), uma bússola no confuso mapa do mundo do trabalho ao redor do globo.

Fruto de união estratégica entre o Instituto Lavoro e o Washington Brazil Office (WBO), o ODTI nasceu com uma missão clara: jogar luz sobre o futuro da classe trabalhadora, no Brasil e no mundo. Para tanto, nos posicionamos como fonte de conhecimento para pesquisadores, agentes sindicais e interessados nas mais recentes discussões sobre o tema. Aqui você encontrará informações, notícias, artigos e pesquisas sobre as mudanças dos direitos sociais e trabalhistas, em um repositório acessível, atualizado e confiável de convenções, documentos e acordos multilaterais.

Nossa agenda está voltada às principais transformações que vêm ocorrendo no século XXI, principalmente nas áreas de tecnologia, transição justa, trabalho em plataformas digitais e os impactos das mudanças climáticas e a transição energética. Sempre articulada aos que defendem os que mais sofrem os efeitos dessas mudanças: a ação sindical, os defensores de direitos e as trabalhadoras e os trabalhadores.

Unimos o rigor da pesquisa com a ação estratégica. Faremos incidência direta em organismos internacionais, sempre com a missão de defender os direitos humanos, trabalhistas e sindicais.

Acompanhe nosso trabalho!

ANÁLISE

Pejotização ...entra em cena o STF

Quando a *pejotização* foi viabilizada, destinava-se, a princípio, a ocupações com altos níveis de profissionalização técnica e acadêmica. Atualmente atinge a todos e a qualquer tipo de função, inclusive trabalhadores de plataformas, por meio de abertura do Microempreendedor Individual (MEI).

O tema tem sido alvo de milhares de ações e processos trabalhistas e, em abril de 2025, o Ministro Gilmar Mendes, do STF, decidiu reconhecer a *repercussão geral da matéria no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.532.603/PR*, dando origem ao Tema nº 1.389, decretando uma suspensão nacional de todos os processos que tratam do assunto até um julgamento definitivo. No dia 6 de outubro, o Ministro Gilmar Mendes realizou audiência pública para discutir os desafios econômicos e sociais da “pejotização” no Brasil.

A sessão, que durou sete horas, contou com 48 participantes que manifestaram diversos pontos de vista sobre o tema. Participaram juristas, profissionais, representantes das entidades patronais e sindicais.

Representando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o advogado José Eymard Loguercio alertou para os riscos de tratar o trabalho humano como se fosse uma relação meramente comercial ou civil. Citou posicionamentos da União Europeia, “que reconhece que o trabalho unipessoal é, antes de tudo, trabalho humano e, portanto, deve atrair toda a esfera de proteção constitucional e internacional.”

Os impactos da pejotização sobre o trabalho e os direitos trabalhistas

Uma análise da pejotização envolve dimensões jurídicas, econômicas e sociais, tornando muito mais flexível o mercado de trabalho. Atinge o presente e o futuro dos trabalhadores e trabalhadoras, pois incide diretamente na previdência social, que deixa de arrecadar milhões de reais.

São riscos não apenas para os trabalhadores, mas também para a economia como um todo. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou em até R$ 600 bilhões o déficit para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) gerado pelo regime do MEI até o ano de 2060.

Em nota técnica elaborada por Pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Unicamp, foram apresentadas algumas hipóteses sobre as possíveis consequências: redução dos encargos trabalhistas pelas empresas sem reverter aos trabalhadores os valores liberados pelo fim dos descontos em folha; os trabalhadores pejotizados deixarão de receber as remunerações adicionais vinculadas à carteira assinada, tais como: 13º salário, férias, FGTS, horas extras, adicionais noturnos, verbas rescisórias, licença-maternidade, auxílio-doença, entre outros; haverá redução dos valores das aposentadorias, devido às contribuições serem mais intermitentes e, de menor valor, em geral, próximas ao salário-mínimo, especialmente no caso do MEI. Os sindicatos perderão mais representatividade, pois a convenção coletiva atingirá cada vez menos trabalhadores.

Mas, além de analisar as consequências, é preciso mencionar as possíveis razões da ampliação da pejotização. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que 56% dos trabalhadores demitidos que se ‘pejotizaram’ entre 2022 e 2024 recebem até R$ 2 mil mensais; outros 37%, até R$ 6 mil. Segundo levantamento da LCA Consultores, com base nos dados mais recentes do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de brasileiros que decidiram pedir demissão em abril passado foi o mais alto registrado em mais de 20 anos.

Levantamento realizado pelo do MTE, com base no CAGED, dos que pediram demissão 36,5% já tinham outro emprego em vista, 32,5% tinham como motivação o baixo salário e 24,7% indicaram que seu trabalho não era reconhecido. Eles citam também problemas éticos com a forma de trabalho da empresa (24,5%) e o adoecimento mental por estresse no trabalho é apontado por 23% dos trabalhadores.

Grande parte da mídia corporativa tem propagado a ideia que os jovens não querem as regras da CLT e preferem ter liberdade de horário, o que está longe de ser comprovado.

O alto índice de ocupação precária se deve principalmente aos baixos salários e redução do desconto da previdência, muitos têm dois ou três empregos. Enquanto um empregado com carteira assinada tem desconto de até 14% em seus vencimentos para o INSS, o MEI paga 5% do salário-mínimo.

A decisão do STF, se favorável à manutenção do quadro descrito, poderá fragilizar tremendamente a Previdência e o sistema de relações trabalhistas, assim com a organização sindical.

NOTÍCIAS

A mudança climática é o maior risco aos direitos humanos

Enfrentar as mudanças climáticas é um desafio que exige a implantação sem precedentes de projetos de energia renovável em todas as regiões nos próximos anos e décadas. Esta quarta edição do Renewable Energy and Human Rights Benchmark lança luz sobre as políticas e práticas de direitos humanos de 35 empresas líderes em toda a cadeia de fornecimento de energia renovável.

SAIBA MAIS!

Portugal quer retirar direitos dos trabalhadores – Entrevista com o secretário-geral da CGTP-IN

O Observatório dos Direitos Trabalhistas e Sociais Internacionais transcreveu as principais partes da entrevista de Tiago Oliveira ao jornal português "A Voz do Operário".

SAIBA MAIS!

Crescem os protestos contra Trump, mas... Onde estão os Sindicatos?

Centenas de milhares marcharam nos protestos "No Kings" na cidade de Nova York, assim como milhões fizeram em outros lugares nos EUA. A presença marginal do trabalho organizado nos protestos de Nova York foi emblemática de sua oposição anêmica a Trump em geral.

SAIBA MAIS!

Saiba mais sobre a Diretiva Europeia do Trabalho em Plataforma

A Diretiva de Trabalho em Plataforma busca resolver o problema do falso trabalho autônomo, estabelecendo uma presunção legal de emprego na economia de plataforma, um instrumento legal para determinar o *status* trabalhista. No entanto, ela deixa que os Estados membros decidam sobre os detalhes mais importantes dessa presunção legal.

SAIBA MAIS!

Pecuária e trabalho forçado impulsionam o desmatamento no Brasil antes da COP30

O relatório da *Climate Rights International*, intitulado "Antes que seja tarde: contendo o desmatamento e as violações de direitos impulsionados pela pecuária no Brasil" constatou que grandes marcas globais de moda e calçados estão ligadas, por meio de suas cadeias de fornecimento de couro, a produtores brasileiros envolvidos em graves violações ambientais e de direitos humanos.

SAIBA MAIS!

Sindicatos unidos em greve contra plano de saúde nos EUA

O OFNHP é um dos 23 sindicatos que juntos formam a Alliance of Health Care Unions (AHU), uma federação trabalhista que compreende mais de 60.000 trabalhadores da Kaiser na Califórnia, Havaí, Oregon, Washington, Maryland, Colorado, Geórgia e Washington, D.C. Uma parte significativa dos membros da Aliança está negociando como uma única unidade, negociando simultaneamente melhores salários e condições nos níveis nacional e local.

SAIBA MAIS!

OMS alerta sobre condições de trabalho na Saúde

Em alerta preocupante divulgado no Dia Mundial da Saúde Mental, um estudo do Escritório da Organização Mundial de Saúde na Europa, OMS-Europa, revelou que grande parte de profissionais de medicina e enfermagem têm transtornos de saúde mental e bem-estar por causa das condições de trabalho.

SAIBA MAIS!

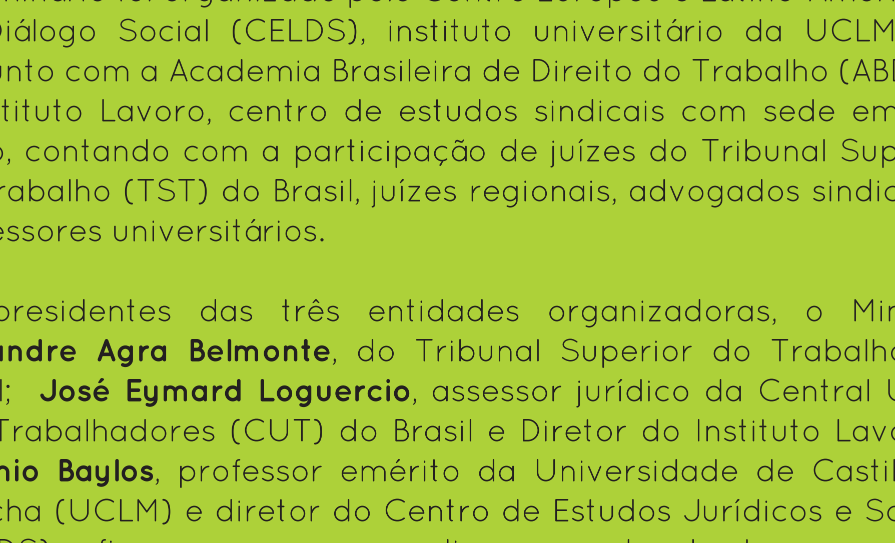
STF inicia debate crucial sobre a “Pejotização” no Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu início, nesta segunda-feira (6), à audiência pública crucial para debater as profundas implicações econômicas e sociais da “pejotização” no Brasil. O julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) nº 1.532.603 busca conciliar a proteção social dos trabalhadores com a liberdade econômica.

SAIBA MAIS!

EVENTO

Juristas brasileiros e espanhóis debatem impacto no mercado de trabalho dos processos de digitalização



O seminário foi organizado pelo Centro Europeu e Latino-Americano de Diálogo Social (CELDS), instituto universitário da UCLM, em conjunto com a Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT) e o Instituto Lavoro, centro de estudos sindicais com sede em São Paulo, contando com a participação de juízes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) do Brasil, juízes regionais, advogados sindicais e professores universitários.

Os presidentes das três entidades organizadoras, o Ministro **Alexandre Agra Belmonte**, do Tribunal Superior do Trabalho, do Brasil; **José Eymard Loguercio**, assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil e Diretor do Instituto Lavoro e **Antonio Baylos**, professor emérito da Universidade de Castilla-La Mancha (UCLM) e diretor do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais (CELDS), afirmaram em seus discursos de abertura, que este encontro "representa mais um passo na consolidação de uma rede de cooperação acadêmica e profissional entre Espanha e Brasil em matéria trabalhista".

Ao longo de dois dias, foram realizados oito sessões e duas palestras principais. O professor Baylos fez a palestra inaugural e a primeira sessão abordou a evolução tecnológica, os direitos humanos e a proteção do trabalho; a seguir foram analisadas a legislação espanhola sobre plataformas digitais e a recente reforma trabalhista espanhola. O Ministro Mauricio Godinho Delgado, do Tribunal Superior do Trabalho, tratou da transformação digital e seu impacto no direito do trabalho.

Os demais painéis se concentraram em temas como negociação coletiva, inteligência artificial e controle algorítmico nas relações trabalhistas. Outra sessão analisou a natureza jurídica do trabalho em plataformas digitais e a relação entre digitalização e jornada de trabalho, com atenção especial ao direito à desconexão.

Na cerimônia de encerramento Alexandre Agra Belmonte (Ministro do TST e presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho) e Francisco Trillo (Diretor do CELDS-UCLM) destacaram "a alta qualidade do intercâmbio acadêmico e a relevância dos debates para o futuro das relações trabalhistas". "A experiência demonstra que o diálogo entre culturas jurídicas afins enriquece a compreensão das mudanças que a digitalização introduz no mundo do trabalho".

O CELDS mantém uma longa história de colaboração com instituições brasileiras. Entre 2004 e 2010, a organização promoveu um programa de doutorado conjunto com a Associação Nacional de Magistrados do Trabalho do Brasil (ANAMATRA) e, nos últimos anos, retomou essa cooperação por meio de estágios de pesquisa e oficinas conjuntas.

Gabinete de Comunicação da Universidad Castilla-la Mancha

Toledo, 23 de outubro de 2025